DOI: 10.30612/mones.v14i27.19557

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Entre o rosa e o vermelho: a Onda Rosa e as relações econômicas de Brasil e Venezuela com a China no século XXI

Lucas Rocha Barbuda de Matos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: lucasrbm591@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-0893-4427

Darcília do Prado Barbosa e Silva
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: dopradodarcilia@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-5046-398X

Resumo: O presente trabalho busca analisar como o investimento estrangeiro direto (IED) e os empréstimos/financiamentos chineses impactaram a dinâmica de desenvolvimento nacional do Brasil e da Venezuela durante a Onda Rosa (1998-2016). Para desenvolver a análise, o trabalho é dividido da seguinte forma: primeiro, há uma fundamentação teórica acerca do neoextrativismo e do neodesenvolvimentismo. Na sequência, o foco volta-se para a esquerda latino-americana do século XXI, utilizando

as categorias estabelecidas para examinar os contextos de Brasil e Venezuela. O papel da China na Onda Rosa e seus efeitos econômicos são explorados na terceira seção. Utiliza-se a metodologia de estudo de caso múltiplo com abordagem analítico-descritiva, com foco nos casos de Brasil e Venezuela, concluindo-se que o destino e os tipos de acordo dos IED e os empréstimos/financiamentos chineses nesses dois países latino-americanos fomentam um processo de neoextrativização produtiva nacional. Em outras palavras, este artigo argumenta que o fluxo de capitais chineses simboliza uma aliança transnacional entre o Estado do binômio desenvolvimentista-neoextrativista e o capital chinês, promovendo a radicalização do neoextrativismo.

Palavras-chave: Onda Rosa; China; Brasil; Venezuela; neoextrativismo; neodesenvolvimentismo

Between pink and red: the Pink Wave and Brazil and Venezuela's economic relations with China in the 21st century

Abstract: This paper analyzes how foreign direct investment (FDI) and Chinese loans/financing impacted the national development dynamics of Brazil and Venezuela during the Pink Wave (1998-2016). The analysis is divided as follows: first, a theoretical foundation is provided on neo-extractivism and neo-developmentalism. Then, the focus shifts to the 21st-century Latin American leftist groups, using the established categories to examine the contexts of Brazil and Venezuela. China's role in the Pink Wave, and its economic effects are explored in the third section. Using a multiple case study methodology with an analytical-descriptive approach, focusing on the cases of Brazil and Venezuela, the study concludes that the destination and types of FDI agreements and loans/financing articulated with China in these two Latin American countries foster a process of national productive neo-extractivization. In other words, this article argues that the flow of Chinese capital symbolizes a transnational alliance between the developmentalist-neo-extractivist state and Chinese capital, thereby promoting the radicalization of neo-extractivism.

Keywords: Pink Wave; China; Brazil; Venezuela; neo-extractivism; neo-developmentalism

Entre el rosa y el rojo: la Ola Rosa y las relaciones económicas de Brasil y Venezuela con China en el siglo XXI

Resumen: Este artículo analiza cómo la inversión extranjera directa (IED) y los préstamos/financiamientos chinos impactaron la dinámica de desarrollo nacional de Brasil y Venezuela durante la Ola Rosa (1998-2016). El análisis se divide de la siguiente manera: primero, se proporciona una base teórica sobre el neoextractivismo y el neodesarrollismo. A continuación, el enfoque se centra en la izquierda latinoamericana del siglo XXI, utilizando las categorías establecidas para examinar los contextos de Brasil y

Venezuela. El rol de China en la Ola Rosa y sus efectos económicos se exploran en la tercera sección. Utilizando una metodología de estudio de caso múltiple con un enfoque analítico-descriptivo, centrándose en los casos de Brasil y Venezuela, el estudio concluye que el destino y los tipos de acuerdos de IED y los préstamos/financiamientos chinos en estos dos países latinoamericanos fomentan un proceso de neo-extractivización productiva nacional. En otras palabras, este artículo argumenta que el flujo de capital chino simboliza una alianza transnacional entre el Estado desarrollista-neoextractivista y el capital chino, promoviendo la radicalización del neoextractivismo.

Palabras clave: Ola Rosa; China; Brasil; Venezuela; neoextractivismo; neodesarrollismo

Recebido em: 29/01/2025
Aceito em: 15/07/2025

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990, Brasil e Venezuela estavam desiludidos com o combo da década perdida de 1980[1] na América Latina e as promessas não cumpridas do Consenso de Washington[2] (Lago, 2013). É nesse cenário de incerteza com as promessas liberais e crise política e econômica que governos progressistas[3] começam a assumir a Presidência de vários países latino-americanos, iniciando com Hugo Chávez, do Movimento V República (MVR), em 1998 (Oliveira, 2020). Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a Presidência do Brasil, dando continuidade à "Onda Rosa" – período marcado pela ascensão de líderes de esquerda na América Latina, em contraposição às lideranças políticas com teor neoliberal que marcaram a década de 1990. Cabe ressaltar que os modelos petista e chavista apresentaram diferenças consideráveis (Chiachio, 2018), fazendo da Onda Rosa um fenômeno heterogêneo, com várias nuances que precisam ser consideradas.

Mesmo com as diferenças, dois elementos correlatos são indispensáveis para compreender esse período na América Latina: o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo (Moura; Paula, 2022). O primeiro diz respeito à retomada do protagonismo estatal na condução da economia, muito embora, no geral, tenha se tratado, em termos práticos, de uma aliança entre o Estado e o capital nacional e multinacional – em especial o chinês – em prol de um crescimento econômico redistributivo (Flores-Macías; Kreps, 2013). O segundo constitui uma crítica às consequências do neodesenvolvimentismo na América Latina, pois, embora buscasse diversificação produtiva nacional e maior equidade social, o que ocorreu foi a reprimarização produtiva a partir de amplas redes de capital nacional e transnacional (Gudynas, 2009).

Diante disso, este artigo busca responder ao seguinte questionamento: como os investimentos estrangeiros diretos (IED) e empréstimos/financiamentos da China para o Brasil e a Venezuela durante a Onda Rosa (1998-2016) impactaram a dinâmica de desenvolvimento nacional dos dois países? A hipótese do trabalho é que o destino e os tipos de acordo dos IED

1 A expressão "década perdida" refere-se à economia brasileira nos anos 1980, quando países da América Latina enfrentaram uma estagnação econômica, baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e alta inflação.

2 Nome dado para descrever a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan (1981-1989) e George Bush (1989-1993). Refere-se, mais especificamente, às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o Federal Reserve Board, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional (USP, online).

3 Governos progressistas são aqueles que tendem a buscar a mudança social e a melhoria das condições de vida da população, geralmente com foco em políticas que promovam a igualdade, a justiça social e os direitos individuais. Esses governos frequentemente defendem a intervenção estatal para combater desigualdades, proteger minorias e garantir o bem-estar social, contrastando com visões mais conservadoras que tendem a enfatizar a preservação da ordem estabelecida e a liberdade individual.

e os empréstimos/financiamentos chineses no Brasil e na Venezuela fomentam processos de neoextrativização produtiva nacional nos dois países. Sem recorrer à comparação direta entre os dois casos, a metodologia utilizada é de um estudo de caso múltiplo, com abordagem analítico-descritiva focada nas experiências de Brasil e Venezuela durante a Onda Rosa (1998-2016). A escolha dos dois países se justifica por se tratar de casos paradigmáticos de diferentes tipos de esquerda da Onda Rosa: uma mais institucionalizada e que não combateu incisivamente a sociedade capitalista do pós Guerra Fria, isto é, baseada no tripé de direitos humanos, livre comércio e democracia liberal (Herz; Hoffman; Tabak, 2015) – o caso do Brasil. O outro tipo refere-se à Venezuela, que se afirmava socialista, anti-imperialista e que protagonizou muitos casos de embate a esta conjuntura – especialmente, aos Estados Unidos. Estes são, portanto, dois casos diferentes inseridos em um mesmo processo, com suas próprias nuances e dinâmicas.

Yin (2015) aponta que o estudo de caso múltiplo deve ser empregado quando se visa a compreender como e por que fenômenos complexos se dão em contextos específicos. É importante destacar que um estudo de caso múltiplo não necessariamente precisa ser comparativo, o que não implica o abandono da premissa da replicação teórica, isto é: deve-se observar a manifestação do mesmo fenômeno em diferentes realidades (Gerring, 2012). A adoção de uma perspectiva não comparativa indica que Brasil e Venezuela são unidades analíticas autônomas, não como dois polos contrastantes entre si, de modo que é possível respeitar especificidades institucionais e políticas nacionais, ao mesmo tempo em que se observa a reprodução de processos mais amplos compartilhados pelos dois países.

A abordagem analítico-descritiva, por sua vez, combina o levantamento sistemático de dados (descrição) e a sua interpretação a partir de categorias específicas (análise). Tal abordagem é adequada para pesquisas qualitativas em economia política e relações econômicas internacionais, tendo em vista que a articulação entre os dados empíricos e os marcos teóricos críticos produz resultados essenciais para a compreensão do fenômeno estudado (Gil, 2008). A operacionalização metodológica da pesquisa parte de três categorias centrais: neodesenvolvimentismo, neoextrativismo e os fluxos chineses de capital.

O trabalho é dividido em seções que operacionalizam essas categorias. Primeiramente, é feita uma discussão teórica com alguns elementos empíricos dos conceitos de "neodesenvolvimentismo" e "neoextrativismo". A segunda seção aborda os vários tons de rosa: uma discussão sobre a esquerda latino-americana no século XXI, descrevendo os casos brasileiro e venezuelano a partir das categorias de análise. Na terceira seção, discute-se o fator China na Onda Rosa e seus impactos nas dinâmicas produtivas nacionais. Por fim, apresentamos os fluxos de capital chinês no Brasil e na Venezuela e interpretamos seus impactos na estrutura produtiva dos dois países.

NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOEXTRATIVISMO

Um conceito utilizado para o conjunto de políticas econômicas dos governos da Onda Rosa é o "neodesenvolvimentismo", marcado por uma estratégia central de:

> uma política macroeconômica com uma taxa de câmbio alta e competitiva (favorável às exportações), combinada com políticas de infraestrutura, políticas industriais seletivas, políticas comerciais que promovessem a indústria local e políticas fiscais expansionistas no âmbito de projetos de integração regional. O Estado deveria ser fiscalmente responsável, ao mesmo tempo em que recuperava o tamanho e a capacidade de intervenção que haviam sido reduzidos no período neoliberal (Treacy, 2022, p. 224, tradução própria)[4].

Nesse sentido, Cepêda (2012) aponta que o neodesenvolvimentismo se manifesta em diversas dinâmicas, sendo quatro delas essenciais para compreender o fenômeno. Primeiramente, as políticas de valorização contínua do salário-mínimo, fomentando o consumo nacional. O segundo e terceiro grupos – política industrial e comércio internacional, respectivamente – estão intimamente relacionados, pois a decisão sobre a forma pela qual se industrializa impacta diretamente nas políticas de comércio internacional. Embora a demanda interna constitua um fator indispensável nessa dinâmica, Leiva (2008) argumenta que os países latino-americanos seguiram o modelo orientado para exportações, visando, simultaneamente, diversificar as exportações nacionais, superar o paradigma primário-exportador predominante na região há séculos e garantir o crescimento produtivo com equidade. Trata-se de uma tentativa de desvencilhar-se da perspectiva econômica clássica, segundo a qual o acúmulo de riqueza é pré-requisito para a distribuição da própria riqueza entre os setores sociais: primeiro, a economia se torna mais produtiva, cresce e produz mais riqueza; depois, essa riqueza é redistribuída entre os mais variados extratos sociais por meio de políticas sociais, impostos, entre outros (Jayme; Missio, 2012).

Leiva (2008) é crítico dessa perspectiva neodesenvolvimentista, pois, na prática, o modelo orientado para exportações faz com que os países se insiram no mercado globalizado de acordo com suas indústrias mais competitivas – no caso latino-americano, a indústria de bens primários. Assim, há uma reificação da desigualdade econômica internacional, de tal modo que, na busca pela equidade, há uma nova concentração de riqueza em poucos grupos de empresas transnacionais brasileiras que sustentam a indústria de *commodities* (Bonente; Cor-

4 No original: "The central strategy was a macroeconomic policy with a high and competitive exchange rate (favorable to exports) combined with infrastructure policies, selective industrial policies, trade policies promoting local industry, and expansionary fiscal policies in the framework of regional integration projects. The state had to be responsible in fiscal terms while recovering the size and capacity for intervention that were reduced in the neoliberal period".

CC BY NC SA

rêa, 2015). Mesmo diante dessas incongruências, os governos progressistas da Onda Rosa atrelaram o modelo orientado para exportações com o neodesenvolvimentismo, ao utilizar os recursos vultosos provenientes das exportações massivas das indústrias de bens primários no século XXI para financiar políticas sociais, investimentos públicos e sofisticar a base produtiva nacional de bens de maior valor agregado (Bonente; Corrêa, 2015). Dessa maneira, gera-se mais dependência produtiva para financiar uma maior independência na correção das desigualdades sociais, em um movimento paradoxal do progressismo latino-americano do século XXI.

Por fim, a política cambial é um elemento central para a compreensão da dinâmica produtiva latino-americana, especialmente no contexto de economias inseridas em regimes orientados à exportação: a valorização excessiva da moeda nacional compromete a competitividade externa dos produtos nacionais, enquanto sua desvalorização tende a favorecer as exportações (Cêpeda, 2012). Nesse sentido, evidencia-se uma contradição estrutural entre os objetivos normativos do modelo e suas implicações práticas: embora a lógica exportadora requeira uma taxa de câmbio depreciada para sustentar a competitividade internacional, o próprio sucesso exportador — ao atrair fluxos significativos de moeda estrangeira — tende a provocar uma sobreapreciação cambial (Bonente; Corrêa, 2015). Esse fenômeno, por sua vez, prejudica particularmente os setores menos competitivos da economia, como as indústrias de maior valor agregado e conteúdo tecnológico (Bonente; Corrêa, 2015).

O segundo conceito essencial para o trabalho é o "neoextrativismo", caracterizado do seguinte modo:

> 1. Persiste a importância dos setores extrativistas como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento;
> 2. O progressismo sul-americano gera um extrativismo de novo tipo, tanto por alguns de seus componentes específicos quanto pela combinação de atributos antigos e novos;
> 3. Observa-se uma maior presença e um papel mais ativo do Estado, com ações tanto diretas quanto indiretas;
> 4. O neoextrativismo serve a uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização comercial e financeira;
> 5. Avança uma fragmentação territorial, com áreas relegadas e enclaves extrativos associados aos mercados globais;
> 6. Para além da propriedade dos recursos, reproduzem-se regras e modos de funcionamento dos processos produtivos voltados à competitividade, eficiência, maximização da renda e externalização de impactos;
> 7. Mantêm-se, e em alguns casos se agravam, os impactos sociais e ambientais dos setores extrativos;
> 8. Estado capta (ou tenta captar) uma proporção maior do excedente gerado pelos setores extrativos, e parte desses recursos financia programas sociais, com os quais se conquistam novas fontes de legitimação social;

9. Algumas contradições em torno do extrativismo são revertidas, passando-se a concebê-lo como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento;
10. O neoextrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimentismo própria da América do Sul, na qual se mantém o mito do progresso sob uma nova hibridização cultural e política (Gudynas, 2009, p. 221, tradução própria)[5].

Cepêda (2012) descreve um processo contraditório inerente ao neodesenvolvimentismo e ao neoextrativismo: as medidas neodesenvolvimentistas visam aumentar a produtividade nacional rapidamente, ao incentivarem as exportações com um câmbio competitivo – desvalorizado. Contudo, isso esbarra em fatores determinantes. Em primeiro lugar, para crescer rapidamente é necessário ter uma quantidade de capital considerável disponível e, considerando que os países latino-americanos não possuem crédito interno suficiente para seus objetivos – especialmente porque priorizam setores de retorno alto e rápido: os de bens primários –, precisam recorrer ao capital externo (Bonente; Corrêa, 2015). Já nesse processo, o próprio crédito transnacional prioriza os setores mais competitivos da economia nacional – aqueles de bens primários – e valoriza a moeda nacional.

Svampa (2013) afirma que, a partir do *boom* das *commodities* no início do século XXI e o consequente aumento expressivo no preço de tais produtos, o Consenso de Washington não é exatamente substituído, mas adquire uma roupagem progressista: o Consenso das *Commodities*, que representa um novo modelo de acumulação de riqueza e crescimento econômico produzido a partir do neoextrativismo. Assim, os países da Onda Rosa, com uma balança comercial favorável e recursos para sustentar o novo modelo de redistribuição social, apegaram-se ao desenvolvimento a partir de um horizonte neoextrativista. Para Mello e Toni (2013), esse é um modelo insustentável, tendo em vista que o preço das *commodities* é invariavelmente cíclico, fazendo com que os Estados enfrentem crises em momentos de baixa dos produtos primários.

5 No original: "1. Persiste la importancia de los sectores extractivistas como un pilar relevante de los stilos de desarrollo; 2. El progresismo sudamericano genera un extractivismo de nuevo tipo, tanto por algunos de sus componentes como por la combinación de viejos y nuevos atributos; 3. Se observa una mayor presencia y un papel más activo del Estado, con acciones tanto directas como indirectas; 4. El neo-extractivismo sirve a una inserción internacional subordinada y funcional a la globalización comercial y financiera; 5. Sigue avanzando una fragmentación territorial, con áreas relegadas y enclaves extractivos asociados a los mercados globales; 6. Más allá de la propiedad de los recursos, se reproducen reglas y funcionamiento de los procesos productivos volcados a la competitividad, eficiencia, maximización de la renta y externalización de impactos; 7. Se mantienen, y en algunos casos se han agravado, los impactos sociales y ambientales de los sectores extractivos; 8. El Estado capta (o intenta captar) una mayor proporción del excedente generado por los sectores extractivos, y parte de esos recursos financian programas sociales, con lo que se ganan nuevas fuentes de legitimación social; 9. Se revierten algunas contradicciones sobre el extractivismo, y se lo pasa a concebir como indispensable para combatir la pobreza y promover el desarrollo; 10 El neo-extractivismo es parte de una versión contemporánea del desarrollismo propia de América del Sur, donde se mantiene el mito del progreso bajo una nueva hibridación cultural y política".

O Consenso de Pequim, tal qual o Consenso das *Commodities*, apresentou-se aos países latino-americanos como uma "alternativa" ao Consenso de Washington, de tal maneira que a China era vista como um ator contra-hegemônico em um subcontinente historicamente marcado pela hegemonia estadunidense, representando a base de discursos "nacionalistas" e "soberanistas" a favor da aproximação irrestrita com a China (Bolinaga; Slipak, 2015). O referido Consenso e o Consenso das *Commodities* devem ser entendidos como fenômenos transnacionais que se complementam.

Portanto, os esforços voltados à reindustrialização acabam subordinados às demandas externas, criando um ciclo em que o país reifica a própria "posição natural" do país no mundo, priorizando a produção daquilo que o mundo quer comprar, e não do que o país visa, de fato, exportar (Domínguez; Caria, 2016; Cepêda, 2012). Com o *boom* das *commodities* causado pela pujante demanda chinesa por bens primários para abastecer o crescimento populacional, energético e produtivo, tanto o Brasil quanto a Venezuela se viram diante de uma oportunidade que geraria resultados ambíguos. Isto porque essa fonte vultosa de divisas poderia ter sido utilizada para a reindustrialização, mas acabou fomentando uma disposição produtiva de incentivos consideráveis aos setores das *commodities* (Sampaio Jr., 2012; Bonente; Corrêa, 2015). Assim, tornou-se muito difícil assumir uma postura soberana de desenvolvimento produtivo, pois havia toda uma rede estrutural multidimensional que constrangia constantemente os países latino-americanos que precisavam de divisas rápidas e massivas para populações em condições de muita vulnerabilidade (Aráoz, 2015).

A postura dos governos da Onda Rosa de assumirem novos pactos sociais sustentou-se em tentativas de novos pactos nacionais interclassistas em que a população mais pobre e as classes mais ricas e dominantes se uniam em torno do "crescimento da nação", em uma divisão em que as elites compartilhariam das divisas do capital financeiro e as classes mais vulneráveis seriam beneficiadas com os programas sociais e redistributivos sustentados pelas receitas da indústria de bens primários (Cepêda, 2012). Leiva (2008, p. 31, tradução própria) aponta que a dinâmica político-econômica durante a Onda Rosa deu origem ao paradoxo heterodoxo, isto é:

> políticas econômicas e sociais que buscam expandir o papel da governança participativa e da sociedade civil resultam no fortalecimento da subordinação da esfera pública e do espaço não econômico à lógica do capital transnacional. O resultado é o enfraquecimento da soberania popular e da cidadania, e a consolidação da hegemonia do capital transnacional[6].

6 No original: "economic and social policies aimed at expanding the role of 'participatory governance' and 'civil society' result in deepening the subordination of the public sphere and society's noneconomic realm to the logic of transnational capital. The outcome is a weakening of popular sovereignty and citizenship and the consolidation of capitalist hegemony".

Diante dos elementos e argumentos apontados, percebe-se que há uma clara aliança entre o capital transnacional e o Estado durante a Onda Rosa, sendo a base de todos os fenômenos descritos, em um movimento complexo e com nuances e dinâmicas produtivas próprias e contundentes. O pacto nacional em nome do desenvolvimento se tensiona à medida que os superciclos (*booms*) terminam e o preço das *commodities* cai, levando a uma neoextrativização ainda mais agressiva, gerando crises políticas, econômicas e sociais severas (Aráoz, 2015; Svampa, 2019). Em vista disso, é possível afirmar que ocorreu o que Milanez e Santos (2014, p. 29) conceituaram como "neodesenvolvimentismo às avessas": "políticas voltadas para a implementação deste modelo [neodesenvolvimentista] (fortalecimento do Estado, criação de infraestrutura, incentivo às exportações) estariam gerando consequências neoextrativistas". Diante do exposto, ficam claras as contradições intrínsecas ao desenvolvimento econômico dos países da Onda Rosa.

OS VÁRIOS TONS DE ROSA: A ESQUERDA LATINO-AMERICANA NO SÉCULO XXI

São vários os fatores em comum da nova esquerda que ascendeu na América do Sul em meados da década de 1990, destacando-se a ampliação do escopo representativo e o antineoliberalismo (Silva, 2010). Isso ocorreu pelas sucessivas crises que acometeram o subcontinente com a década perdida de 1980 e o Consenso de Washington da década de 1990, levando à crise de legitimidade de um modelo que aumentou a pobreza, desigualdade e déficit estatal. Houve também uma crise de representatividade, tendo em vista que políticos alinhados com preceitos do Consenso de Washington estavam perdendo espaço para novas lideranças de oposição (Gaudichaud; Webber; Modonesi, 2019).

Em suma, os progressistas deram uma nova gama de funções para o Estado ao adotarem políticas neodesenvolvimentistas que culminaram no neoextrativismo (Emerson, 2018). Para os progressistas, o Estado tem um papel fundamental para equilibrar o crescimento e o bem-estar social em uma aliança profícua com o mercado (Gaudichaud; Webber; Modonesi, 2019). Dessa forma, distancia-se do modelo político-econômico liberal e transiciona para um ponto entre o Estado neodesenvolvimentista.

A Onda Rosa no Brasil e na Venezuela

Brasil: pragmatismo social-democrata

No Brasil, os governos petistas são classificados por Hiraoka (2021) como um tipo de "pragmatismo social-democrata". O termo "pragmatismo" diz respeito à definição de determinadas políticas estratégicas que conseguiam aumentar e garantir o eleitorado gastando muito pouco no que diz respeito ao orçamento do Estado (Hiraoka, 2021). O Bolsa Família, por exemplo, representava menos de 1% do PIB nacional. Com isso, não geravam entraves críticos com as elites financeiras. Já o termo "social-democrata" está relacionado com o fato de que o Partido dos Trabalhadores (PT) age de maneira similar aos partidos europeus, criando alianças com partidos conservadores para atingir consenso e políticas mais duradouras (Hiraoka, 2021).

O PT surgiu como um movimento social de massas, com alta relação com sindicatos e o movimento operário, mas se distanciou dos movimentos sociais na década de 1990 (Silva, 2010). Isso deu-se, sobretudo, pelo trauma da ditadura militar e do reconhecimento, por parte do Partido, de que era preciso fazer alianças com grupos conservadores. Seguindo essa lógica, Lula apostou em uma política econômica em que o foco era a estabilidade econômica (Hiraoka, 2021).

Sendo o PT um partido altamente institucionalizado e parte integrante do corpo político brasileiro, tanto Lula quanto Dilma Rousseff criaram articulações com grupos do chamado *establishment*, a fim de garantir a governabilidade (Hiraoka, 2021). O PT fez alianças com inúmeros movimentos sociais e partidos de esquerda, mas também com partidos de direita, majoritariamente conservadores e antiprogressistas (Silva, 2010). Em um país como o Brasil, altamente integrado ao circuito capitalista global, isso era praticamente inevitável, e o PT tinha ciência disso.

Foram vários os planos de desenvolvimento adotados pelo PT que simbolizam sua aliança com o capital financeiro nacional e transnacional, com destaque para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003, que previa uma mudança na estrutura produtiva e a plena consolidação do modelo orientado para exportações a partir de setores prioritários. Já em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa a construção de infraestruturas e promovia incentivos ao setor primário (Milanez; Santos, 2014).

Seguindo com vigor o binômio neodesenvolvimentismo-neoextrativismo, foram criados a Política de Desenvolvimento Produtivo (2008) e o Plano Brasil Maior (2011-2014), entre outras iniciativas, todas com incentivos vultuosos ao setor extrativista, oferecendo cenários ainda mais favoráveis para o capital financeiro (Cepêda, 2012). Embora não tenham sido planos com incentivos apenas para o setor de bens primários, tendo em vista a competitivi-

dade das *commodities* brasileiras no cenário global, incentivar esse setor implicava colocá-lo ainda mais à frente dos setores de maior valor agregado. Desse modo, os planos de desenvolvimento demonstram a clara tentativa dos governos petistas de Lula e Dilma (2003-2016) de fazer uso do neoextrativismo para diversificar a produção nacional, em uma tentativa de conciliar o inconciliável.

Cervo (2008) afirma que, a partir de 2003, o Brasil incorporou o paradigma do Estado logístico – que dialoga diretamente com a perspectiva neodesenvolvimentista, no qual o Estado brasileiro assume o papel de empreendedor juntamente com o setor produtivo nacional, especialmente por meio de aportes financeiros robustos para a internacionalização de empresas nacionais e a expansão de capacidades produtivas. Os governos petistas colocaram em prática esse paradigma sobretudo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), garantindo financiamento para a inserção de grandes empresas como Vale e Petrobras em novos mercados. Andrade (2023, p. 244) afirma que,

> [s]ob a administração do PT, o Estado capitalista desempenhou duas funções fundamentais: a de regulador e a de investidor. No primeiro caso, por meio do BNDES e fundos de pensão, organizou e financiou grandes empresas de capital privado nacional para competir no mercado internacional. E, sob o mote investidor, realizou grandes obras de infraestrutura, correspondendo às diretrizes dos organismos multilaterais. Essas características particularizam o programa neodesenvolvimentista quando comparado à racionalidade neoliberal.

Portanto, o Estado logístico é uma das dimensões do Estado neodesenvolvimentista, destacando tanto a disponibilização de crédito estatal por meio do BNDES quanto a abertura ao capital externo – e a necessidade deste – para sustentar o crescimento econômico nacional. No Brasil, os indicadores macroeconômicos fizeram com que os governos petistas criassem um cenário atrativo tanto para especuladores – tendo em vista os juros altos – quanto para investidores, revelando um cenário complexo. Porém, ocorreram avanços substanciais em indicadores sociais como fome e extrema pobreza, com os programas sociais petistas simbolizando um ponto de inflexão na história brasileira no combate à pobreza. Não obstante, conforme o preço das *commodities* começou a cair, em meados de 2012 e 2013, o neoextrativismo demonstrou o que ele sempre foi: insustentável, instaurando crises severas no país (Sampaio Jr., 2012).

O BNDES foi um agente ativo no processo neoextrativista ao ter em sua carteira de investimentos 75% de participação em setores primários em 2012 (Milanez; Santos, 2014). Notam-se assim imbricações complexas entre as divisas estatais, o projeto de crescimento produtivo e o recurso ao neoextrativismo, na tentativa de sustentar um pacto social repleto de incongruências.

CC BY NC SA

O caráter neodesenvolvimentista invariavelmente implica uma postura autonomista no sistema internacional, e o Brasil foi um protagonista nesse sentido. Por meio de uma política externa denominada por Vigevani e Cepaluni (2007, p. 283) como "autonomia pela diversificação", a diplomacia brasileira objetivava:

> a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional.

Desse modo, o Brasil assumiu uma política externa de diversificação de parceiros e parcerias, "enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa" (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 283). Em adição, os governos petistas pregavam por uma reforma das instituições multilaterais e pela ampliação da participação do Sul Global nas decisões dos rumos do mundo com a criação de novas iniciativas multilaterais, como o BRICS (Emerson, 2018). Pode-se dizer que o Brasil ampliou a rede de parceiros internacionais, mas em conformidade com as incoerências das próprias premissas neodesenvolvimentistas: ou seja, com intensos constrangimentos do capital nacional e internacional, limitando as opções do país no cenário internacional.

Venezuela: petro-clientelismo socialista

Como já mencionado, Hugo Chávez emergiu no cenário político venezuelano em um cenário político de crise, apresentando-se como um *outsider*, com um partido de baixa institucionalização política (Seabra, 2014). Assim, o projeto político de Chávez foi marcado pelo antineoliberalismo e pelo embate incisivo contra a elite (Silva, 2010). Esse distanciamento institucional marcou todo o percurso político de Chávez.

Na economia, durante os quatro primeiros anos de Chávez, foram adotadas medidas ortodoxas economicamente, em decorrência do preço baixo do petróleo, pois a dependência do país em relação à *commodity* limitava a capacidade de ação do Estado – daí o termo "petro-Estado" (Hiraoka, 2021). Isso revela um fator importante: a Venezuela era muito integrada ao circuito capitalista global, especialmente com os Estados Unidos, então o principal consumidor de seu petróleo. Como consequência, a economia venezuelana era sensível ao capitalismo global, especialmente em relação aos Estados Unidos.

No decorrer dos anos 2000, Chávez estatizou uma série de empresas, desde aquelas ligadas ao setor petroleiro até aquelas do setor agrícola, imprimindo um controle forte do

Estado sobre o mercado, aproximando-se, de maneira mais contundente, de uma economia planificada (Seabra, 2014). Em 2003, Chávez colocou aliados do partido no controle da indústria petroleira, de modo a ter controle direto do setor e enfraquecer a oposição ao ter o poder do setor mais importante da indústria venezuelana (Seabra, 2014). Com isso, Chávez criou um corpo clientelista na economia petroleira, quer seja com cargos, quer seja com rentistas (Hiraoka, 2021).

Na Onda Rosa, Hugo Chávez foi a liderança mais à esquerda; o próprio bolivarianismo se associou ao chamado "socialismo do século XXI". No entanto, se entendemos essa versão de socialismo como um regime em que "[o] Estado controla a economia. Os preços são definidos por autoridades estatais. Ênfase no planejamento estatal e na definição da agenda"[7] (Balaam; Dillman, 2014, p. 33, tradução própria), não é possível afirmar que essas medidas se confirmaram integralmente. É notório que a crise hegemônica se manifestou mais gravemente na Venezuela por seu caráter agudo no combate ao neoliberalismo, fazendo com que Chávez recorresse a plebiscitos para conseguir apoio popular para suas propostas e enfraquecer a oposição. Por meio dessa postura, foram implementados programas sociais extensos e expansivos, sendo a Venezuela um dos países que mais expandiram o gasto público nesse sentido (Silva, 2010).

Alinhados com o neodesenvolvimentismo latino-americano da Onda Rosa, foram diversos os programas sociais na Venezuela de Chávez e de Nicolás Maduro – em especial as Misiones, serviços públicos e assistencialistas variados oferecidos pelo Estado venezuelano (Seabra, 2014). Aqui, também há um pacto entre governo e população por meio de medidas assistencialistas e redistributivas. Não obstante, por mais que o "socialismo do século XXI" (Seabra, 2014) tente se desvencilhar do capital financeiro, na prática, há um pacto entre a elite financeira local e internacional, pois o Estado bolivariano entende que, sem as receitas da extração de hidrocarbonetos, é impossível sustentar o projeto neodesenvolvimentista de construção de infraestrutura e diversificação, bem como as próprias políticas assistencialistas. Assim, o capital financeiro e o Estado compactuam, garantindo um modelo rentista para os primeiros e a garantia de divisas essenciais para o crescimento econômico nacional de uma economia centrada em hidrocarbonetos.

Apesar das tentativas de estabilidade no que tange a indústria de hidrocarbonetos, tensões estruturais críticas ocorreram: a crise hegemônica do regime bolivariano se manifestou já no início do século XXI, quando, em novembro de 2001, Chávez publicou 49 decretos com força de lei sobre uma série de questões. Duas muito relevantes foram a Lei Orgânica dos Hidrocarbonetos e a Lei Orgânica de Terras e Desenvolvimento Agrário. Em relação à primeira,

7 No original: "The state controls the economy. Prices set by state officials. Emphasis on state planning and agenda setting".

> havia a exigência de que o Estado fosse o acionista majoritário nas parcerias com as petrolíferas estrangeiras, inclusive as norte-americanas, historicamente privilegiadas pelos governos venezuelanos. [...] Ademais, o governo exigiu um aumento nos royalties cobrados de cada barril extraído das jazidas venezuelanas, o que atingiria as corporações norte-americanas que teriam margem de lucro diminuída em longo prazo (Arce, 2013, p. 46).

O objetivo da Lei Orgânica dos Hidrocarbonetos era aumentar o controle estatal sobre o setor petroleiro, utilizando de suas divisas para a diversificação do setor produtivo do país. Além de maior controle sobre parceiros privados internacionais, a referida Lei também determinou que a estatal Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA) – na qual o Estado é o único acionista – pagaria mais *royalties* e impostos. Portanto, a indústria de hidrocarbonetos passou por um processo claro de planificação e enquadramento na perspectiva de desenvolvimento integral, pois tudo que envolvia a produção ou exploração assumia um propósito de contribuir com o desenvolvimento humano e social. Tal processo constituiu o pontapé inicial de uma tendência constante no governo Chávez (1999-2013) e que se manteve com Maduro: a ampla estatização e nacionalização de indústrias tidas como estratégicas, desde as de hidrocarbonetos até as agropecuárias. Em 2005, o Estado assumiu ainda mais peso na definição da economia nacional, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN), que utiliza recursos advindos dos hidrocarbonetos para projetos sociais e de infraestrutura.

Por sua vez, a Lei Orgânica de Terras e Desenvolvimento Agrário determinava a "expropriação de terras improdutivas, ociosas e\ou irregulares e de latifúndios, bem como o processo de distribuição de terras aos pequenos produtores, a fim de realizar a reforma agrária e diversificar a economia do país" (Rodrigues, 2012, p. 193). Em suma, tratou-se de uma reforma agrária que promovia a pequena propriedade rural, indicando que os decretos em questão visavam diversificar a economia venezuelana ao descentralizar o eixo petroleiro e garantir investimentos na agricultura e pecuária por meio dos pequenos proprietários.

Em consequência de tais políticas, Chávez sofreu um golpe em 2002, mas retornou ao poder. A relação do regime bolivariano com a economia oscilou de tempos em tempos, por vezes adotando políticas de controle de preços, por vezes permitindo a livre troca. O crescimento econômico venezuelano foi acentuado entre 2004 e meados da década de 2010, em decorrência do *boom* das *commodities*. Contudo, tal qual o Brasil, ocorreram tentativas fracassadas de utilizar do neoextrativismo para a diversificação produtiva nacional e o preço das *commodities* caiu, gerando crises severas no país desde meados de 2013. Em 2014, a Venezuela se encontrava em uma convulsão social com protestos em massa por todo o país, e o governo Maduro reprimiu os protestantes – ação definida pelos Estados Unidos como violação sistemática de direitos humanos, resultando na imposição da primeira de uma série de sanções severas que constituíram um embargo contra o regime venezuelano (U.S. Department of State, online).

As sanções de 2014 constituem um sintoma da política externa bolivarianista, tendo em vista que abertamente afirma que Washington é um império e é responsável pelas mazelas do continente americano. Ao mesmo tempo, a experiência venezuelana mostra que quanto maior o tensionamento com os Estados Unidos, maior a aproximação com a China. Assim, a Venezuela se insere no sistema internacional como um ator revisionista e, nessa posição, passou a nutrir relações com países que também se opõem à ordem internacional liberal, tornando natural que as relações sino-venezuelanas se desenvolvessem nos melhores termos possíveis em direção a uma América Latina pós-hegemônica. Cabe ressaltar que, mesmo enfatizando sua disposição anti-imperialista, a Venezuela não conseguiu romper os laços com os Estados Unidos, especialmente por conta das divisas do petróleo. Sem dúvidas, o bolivarianismo encontrou na China um aliado poderoso, especialmente no sentido de construir um espaço livre da influência do imperialismo, mas Washington segue sendo um vizinho incontornável.

O FATOR CHINA

A crise asiática de 1997 foi um ponto de virada na inserção internacional da China, pois demandou do país asiático uma diversificação considerável de seus investimentos e de seus parceiros internacionais para além da Ásia, lançando luz ao subcontinente latino-americano (Oliveira, 1999). A conjuntura da Onda Rosa deu-se no mesmo momento em que a China estava em processo de significativa expansão, incrementando sua demanda por *commodities* de maneira nunca vista na história, de modo que o preço daquele grupo de produtos aumentou exponencialmente (Chiasson-LeBel; Larrabure, 2019).

A América do Sul é uma produtora histórica de *commodities*, e o setor produtivo extrativista foi amplamente fomentado e incentivado nesse contexto (Emerson, 2018). Segundo Jenkins (2012), do ponto de vista chinês, as relações com a América Latina se sustentam a partir de três principais fatores: disponibilidade de fontes primárias de *commodities*; mercado em expansão para produtos manufaturados, que desperta o interesse chinês em melhorar o acesso ao mercado para os exportadores do país; e papel competidor do continente latino-americano em relação a Taiwan.

Com isso, o presente trabalho parte do primeiro fator e sua significância para a necessidade chinesa de aquisição de um campo produtor de *commodities,* uma vez que isso encontra as necessidades do país asiático por conta do seu setor de energia e de segurança alimentar, que demandaram maior atenção devido ao aumento da renda per capita. Dessa forma:

> A Comissão Econômica da ONU [Organização das Nações Unidas] para a América Latina e o Caribe estima que 92% dos investimentos chineses confirmados na região foram em extração de recursos naturais, principalmente petróleo e gás. Dez das 12 principais fusões e aquisições por empresas chinesas na América do Sul entre 2002 e 2008 foram em matérias-primas, energia e eletricidade. As principais empresas chinesas com investimentos na América Latina incluem Sinopec, CNPC e CNOOC em petróleo e gás e Minmetals, Chinalco e Wuhan Steel em minerais (Jenkins, 2012, p. 1345).

Entre 2003 e 2010, as exportações do Brasil para a China aumentaram mais de 6 vezes, passando de US$ 4.74 bilhões para US$ 31 bilhões, crescendo mais 20% até 2016, ao totalizar US$ 36.4 bilhões (OEC, 2024). Todo esse crescimento foi guiado pelo grão de soja, pelo petróleo bruto e pelo minério de ferro: três *commodities* representando mais de 70% das exportações brasileiras totais para os chineses (OEC, 2024). Portanto, Pequim foi um estímulo considerável para que o Brasil concentrasse seus esforços produtivos no sentido de suprir a demanda do país asiático e garantir maiores receitas.

A inserção internacional brasileira na Onda Rosa objetivava a promoção comercial e laços mais profundos com vizinhos (Emerson, 2018); e, em termos comerciais, a China se apresentou como uma óbvia parceira. Diante disso, embora o Brasil não tenha adotado uma retórica anti-imperialista contra os Estados Unidos, tinha a autonomia como princípio norteador da política externa, de maneira que diversificar parceiros na América Latina era um imperativo. Além disso, o Brasil vinha se engajando na reforma e na criação de mecanismos de cooperação financeira e comercial alternativos aos ocidentais dominados pelo polo euroatlântico (como o Fundo Monetário Internacional, FMI), e a perspectiva de tais mecanismos em projetos de cooperação financeira com a China era atrativa para o governo brasileiro.

No caso da Venezuela, suas exportações para a China saltaram de US$ 10.6 milhões para US$ 12.5 bilhões em 2012, um aumento de quase 1.200 vezes (OEC, 2024). Embora, a partir de 2016, as exportações da Venezuela para os chineses tenham caído consideravelmente, especialmente por conta da crise do regime de Maduro, o petróleo e seus derivados representaram mais de 90% das exportações, demonstrando a centralidade do produto (OEC, 2024). Portanto, de modo semelhante ao Brasil, entre as décadas de 2000 e 2010, a demanda chinesa fomentou o Estado venezuelano a adotar um desenvolvimentismo baseado no petróleo.

Além disso, a Venezuela adotou um modelo de inserção internacional que dava enfoque aos elementos políticos e sociais de modo a se contrapor aberta e criticamente à globalização neoliberal, discursando, militando e agindo com o objetivo máximo de criação de uma zona livre de interferências dos Estados Unidos na América Latina (Emerson, 2018). Dessa forma, o elemento soberanista bolivarianista constituiu o pilar da política externa bolivarianista.

As relações entre a Venezuela e o gigante chinês, embora tenham sido diplomaticamente iniciadas em 1974, foram intensificadas durante o governo Chávez (1999-2013) e se mantiveram com Maduro, transformando-se em um eixo estratégico que combinava comércio, investimentos e cooperação energética. Diante do distanciamento e dos embates entre Caracas e Washington, a China passou a ver na Venezuela um dos países mais importantes do subcontinente que se dissociava da hegemonia dos Estados Unidos, representando, assim, a principal porta de inserção chinesa na América Latina. Esse processo também permitiu um alinhamento ideológico e econômico entre os dois países (Yin-Hang To, 2021): apesar dos desafios, a China manteve seu apoio à Venezuela, visto como parte de sua estratégia geopolítica na América Latina; Caracas, por sua vez, via em Pequim uma alternativa ao FMI e aos Estados Unidos.

Contudo, essa relação reforça desigualdades e dependências, evidenciando os limites de um modelo baseado em *commodities* (Yin-Hang To, 2021). Enquanto a China consolida sua influência, a Venezuela enfrenta o dilema de reduzir sua vulnerabilidade sem abandonar o petróleo — seu principal recurso, mas também sua maior fragilidade. De todo modo, as relações sino-venezuelanas constituem uma pedra angular na inserção internacional venezuelana e do próprio processo produtivo do país.

Aproximar-se da China, portanto, representava um fator tanto ideológico quanto pragmático, na medida em que se tratava de um país que apoiava a revolução bolivariana e que se opunha à hegemonia dos Estados Unidos. Sob a perspectiva de Pequim, essa aproximação fazia da China um ator indispensável em uma região que, historicamente, estava sob a hegemonia de Washington. Além disso, ampliar as relações econômicas com os chineses trazia benefícios econômicos, haja vista o crescimento exponencial do comércio entre os países. Percebe-se aí o regionalismo pós-hegemônico em ação, sendo o anti-imperialismo essencial para a política externa bolivariana e para a aproximação entre China e Venezuela (Yin-Hang To, 2021).

IED E EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS CHINESES NO BRASIL E NA VENEZUELA DURANTE A ONDA ROSA

Em relação à América Latina, durante a Onda Rosa, "as forças motrizes que estimulam o IED chinês na região são o acesso aos recursos naturais, a expansão dos mercados no exterior (busca de mercado)" (Baumann, 2009, p. 12). Desse modo, faz-se necessário analisar os dados do IED chinês no Brasil e na Venezuela (ver Tabelas 1 e 2) para compreender suas relações com o Estado.

Tabela 1: IED chinês no Brasil de 2003 a 2016

Total	US$ 45.11 bilhões
Energia, petróleo e gás	US$ 22.02 bilhões (48,8%)
Mineração	US$ 9.18 bilhões (20,3%)
Setor financeiro	US$ 2.76 bilhões
Outros	US$ 11.15 bilhões

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RED ALC-CHINA.

Tabela 2: IED chinês na Venezuela de 2007 a 2016

Total	US$ 3.21 bilhões
Setor de construção	US$ 1.6 bilhão (50%)
Automobilística	US$ 763 milhões (23%)
Mineração	US$ 696.1 milhões
Outros	US$ 821 milhões

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RED ALC-CHINA.

No Brasil, 48.8% do IED chinês é destinado ao setor de energia, petróleo e gás, seguido pelo segundo setor mais investido, de mineração, que representa 20.3%, revelando uma camada do IED chinês relacionada diretamente ao *boom* das *commodities*: a busca pela garantia de suprimentos. Em 2004, por exemplo, a China Minmetals Group fez um investimento de US$ 2 bilhões para a extração de minério de ferro, afirmando que tal investimento buscava justamente preencher a incapacidade da Vale de suprir a demanda de Pequim.

Outro exemplo notório se deu em 2010, com o investimento de US$ 7.1 bilhões da companhia petroquímica estatal chinesa Sinopec, uma das maiores do mundo, para a exploração de diversos poços de petróleo no Brasil, tornando-se a primeira empresa privada a explorar o pré-sal. Nesse mesmo espírito, o grupo Sinochem, um dos maiores do mundo no setor petroquímico, fez um investimento de US$ 3.07 bilhões para projetos de exploração de petróleo no

Brasil. Portanto, o IED chinês nesse país é guiado simultaneamente pela busca por empreendimentos lucrativos e pela garantia de suprimento das demandas internas, sobretudo por fontes energéticas e minério de ferro.

Na Venezuela, o setor que mais recebeu o IED chinês foi o de construção, representando 50%. Ainda assim, há um exemplo notório de IED chinês no país: a Petrolera Sinovensa, empresa sino-venezuelana de extração de petróleo, sendo imprescindível para as altas demandas do gigante asiático por esse recurso energético. A Corporação Nacional Chinesa de Petróleo fez um aporte na Sinovensa de US$ 132 milhões e US$ 549 milhões, respectivamente, em 2008 e 2016. Ainda assim, tratam-se de números muito modestos e que demonstram muito pouco das relações entre Caracas e Pequim, pois os laços financeiros e econômicos com a China se manifestam mais claramente em termos de financiamentos e empréstimos.

Até 2016, a América Latina e o Caribe receberam cerca de US$ 120.36 bilhões da China em empréstimos e financiamentos, sendo US$ 59.18 bilhões apenas para a Venezuela, representando 49% do total (Myers; Ray, 2024). Desse montante, cerca de US$ 50.3 bilhões correspondem a empréstimos de longo prazo concentrados em fundos conjuntos e administrados por Caracas e Pequim, constituindo fonte de receitas indispensável para o governo venezuelano (Gutiérrez, 2023). Buscando segurança energética e maior influência global, a China tornou-se um dos principais credores da Venezuela, financiando projetos de infraestrutura e desenvolvimento em troca de petróleo. Embora apresentada como um modelo de cooperação Sul-Sul, a relação Venezuela-China reforçou a dependência venezuelana das exportações de petróleo, aprofundando problemas estruturais. Apesar dos investimentos chineses em setores não relacionados a recursos naturais, a economia venezuelana tornou-se ainda mais vulnerável às flutuações do mercado petrolífero. A queda no preço do petróleo em 2014 e as sanções dos Estados Unidos agravaram a crise, levando o país a uma recessão profunda e a uma dívida crescente com a China (Yin-Hang To, 2021).

Todos os empréstimos e financiamentos chineses para a Venezuela foram destinados a entes estatais ou ao Estado em si, com o Banco Venezuelano de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES) e a PDVSA em conjunto recebendo mais de 50% dos US$ 60 bilhões (Myers; Ray, 2024). Só a PDVSA recebeu quase US$ 7 bilhões, empresa que:

> passou a ser responsável pela estruturação e administração direta das misiones, pela organização dos "núcleos de desenvolvimento endógeno", pela distribuição de alimentos, por meio da PDVAL (Productora y Distribuidora de Alimentos S.A.), pela implementação de políticas agrícolas (PDVSA Agrícola) e industriais (PDVSA Industrial) e pela execução de políticas de infraestrutura urbana e habitacional (PDVSA Desarrollo Urbano), dentre outras funções.

Nota-se aí uma convergência entre três elementos principais: BANDES, FONDEN e PDVSA, com as três constituindo um ecossistema de crédito estatal para o desenvolvimento nacional, ressaltando a busca pelos "núcleos de desenvolvimento endógenos", que são exatamente o aumento da diversificação produtiva nacional com produtos de alto valor agregado. Assim, o capital transnacional chinês foi direcionado exatamente para as estruturas estatais que seguem o binômio neodesenvolvimentismo-neoextrativismo, criando um vínculo poderoso entre o capital financeiro e a existência do regime bolivariano. A dinâmica neoextrativista é tão implícita que a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos e até mesmo o IED apresentam um elemento em comum e que é um símbolo do modelo de desenvolvimento tanto da Venezuela quanto do Brasil: o pagamento dos valores devidos se dá por barris de petróleo (Myers; Ray, 2024). Há uma contradição elementar aí: o crédito que os governos contratam e os investimentos que recebem em nome do desenvolvimento nacional – leia-se, crescimento produtivo com diversidade e equidade – deve ser pago com o fruto do neoextrativismo, em um claro modelo que alimenta a si mesmo, em um *continuum*.

No caso brasileiro, Pequim também fez investimentos no banco de fomento nacional, o BNDES. Porém, do total de cerca de US$ 24.54 bilhões, o Brasil foi contemplado com quase um quarto dos empréstimos e financiamentos chineses na América Latina e Caribe, e apenas US$ 2.05 bilhões (menos de 10%) foram destinados ao banco em questão, diferentemente da concentração da Venezuela. Por outro lado, durante a Onda Rosa brasileira, US$ 21 bilhões foram investidos na Petrobras (85% do montante total), simbolizando a relevância do petróleo na dinâmica financeira sino-brasileira. Como resultado, tal qual a Venezuela, a China se consolidou como um dos principais credores do Brasil.

Em relação aos empréstimos e financiamentos em questão, "[a]lguns empréstimos incluíam cláusulas estipulando que a Petrobras deveria priorizar o fornecimento de petróleo a determinadas empresas chinesas e, em alguns casos, a condição de que parte do financiamento fosse utilizada para adquirir bens e serviços dessas empresas chinesas" (Garcia *et al.*, 2023, p. 19, tradução própria)[8]. Desse modo, "[e]sses empréstimos ajudaram a Petrobras a financiar a exploração do pré-sal em um contexto internacional adverso, logo após a crise econômica global de 2008, quando os preços do petróleo estavam despencando" (Garcia *et al.*, 2023, p. 19)[9].

8 No original: "Some loans included provisions stipulating that Petrobras is to prioritize the supply of oil to certain Chinese companies and, in some cases, the condition that part of the financing had to be used to acquire the goods and services of these Chinese companies".

9 No original: "[t]hese loans helped Petrobras finance the exploration of the pre-salt oilfields in an adverse international context, right after the 2008 global economic crisis, when oil prices were plummeting. In 2009, CDB granted a US$7 billion loan (Petrobras, 2009), which was of strategic importance for China, as it was backed by oil: the loan agreement required Petrobras to supply 150,000 to 200,000 barrels per day to Sinopec over a 10-year period".

Mais uma vez, a contradição, também presente na Venezuela, se repete: o capital destinado a propósitos desenvolvimentistas era pago com produtos originários do neoextrativismo. Os empréstimos massivos à Petrobras são paradigmáticos pois evidenciam a ligação entre o capital financeiro chinês e os programas de crescimento econômico do Brasil: os *royalties* provenientes da extração do petróleo foram destinados diretamente para educação e saúde (Mello; Toni, 2013). Com a descoberta do pré-sal pela Petrobras em 2006, a empresa passou por uma fase de investimentos intensivos na expansão de sua atuação. A China foi importante nesse processo, concedendo um empréstimo de US$ 10 bilhões[10] (o maior de toda a série histórica) para a abertura de novos campos de exploração de pré-sal (Myers; Ray, 2024).

Com as receitas do petróleo em ascensão em decorrência do combo de medidas neodesenvolvimentistas e o capital financeiro chinês, o PT conseguiu manter programas sociais (como o Bolsa Família) que foram responsáveis pelo aumento do consumo em municípios do Brasil inteiro, um dos pilares do programa político do Partido e que garantiu apoio eleitoral massivo (Milanez; Santos, 2014). Como já afirmado, parte dos recursos advindos dos *royalties* advindos do petróleo, especialmente do pré-sal, foram destinados para saúde e educação, colocando em prática a transformação de renda de bens primários em bens públicos importantes para a população (Mello; Toni, 2013). Apesar dessas benesses, a crise instaurada a partir de 2013 relembra que utilizar recursos neoextrativistas para pagar os créditos da própria expansão neoextrativista sem uma verdadeira diversificação tem seu preço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início da Onda Rosa com Chávez, em 1998, os Estados progressistas da América Latina adotaram os paradigmas neodesenvolvimentista e neoextrativista. Foi também em meados da década de 1990 que a China se aproximou do subcontinente, buscando principalmente suprir sua demanda por uma série de produtos, especialmente minério de ferro, petróleo e soja, prenunciando o *boom* das *commodities* que Pequim causou na primeira década do século XXI. Foi esse o cenário em que o trabalho se propôs a explicar como o fenômeno da Onda Rosa modificou o papel do Estado de uma perspectiva liberal para uma neodesenvolvimentista.

A partir da análise dos dados do RED ALC-CHINA, de 2003 a 2016, o Brasil recebeu um total de US$ 45.11 bilhões em IED, ao passo que a Venezuela recebeu US$ 3.21 bilhões. Em termos de empréstimos e financiamentos, Brasília recebeu em torno de US$ 31.7 bilhões, e

10 Garcia et al. (2023, p. 19, tradução própria) apontam que tal empréstimo "teve importância estratégica para a China, pois era garantido por petróleo: o contrato de empréstimo exigia que a Petrobras fornecesse entre 150.000 e 200.000 barris por dia à Sinopec durante um período de 10 anos".

Caracas US$ 60 bilhões. Todos esses montantes foram transacionados no século XXI, revelando uma aproximação considerável entre os países e um aumento da relação econômica entre eles. Grande parte dos investimentos incidiu sobre o setor petroleiro, demonstrando que há uma íntima relação entre o neoextrativismo da Onda Rosa e a aproximação com a China.

É importante destacar que muitos dos empréstimos foram destinados a agentes nacionais de promoção – mesmo que indireta – de desenvolvimento. Com a Petrobras e suas receitas diretas para a saúde e a educação e indiretas com todas as divisas que o petróleo permite, o Brasil revela uma relação íntima entre o capital transnacional chinês e as bases do regime progressista, mas também como essa vinculação reforça o neoextrativismo. Na Venezuela, o quadro é semelhante: muito embora a estrutura produtiva venezuelana seja muito menos diversificada e as crises institucionais no país sejam críticas, BANDES, FONDEN e PDVSA foram os principais destinos dos recursos chineses, os quais, mais uma vez, são diretamente responsáveis pelos recursos de programas sociais e redistributivos que constituem alicerces dos governos da Onda Rosa. Como agravante, muitos dos fluxos de capital chineses se dão por meio de contratos que preveem o pagamento dos créditos em barris de petróleo por um longo período, em uma evidência de que o neoextrativismo foi levado às últimas consequências no Brasil e na Venezuela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁOZ, Horacio M. *Conflictos socioambientales y disputas civilizatorias en América Latina: entre el desarrollismo extractivista y el Buen Vivir*. Crítica y Resistencias, n. 1, pp. 19-42, 2015.

ARCE, Anatólio M. *Como a Venezuela chegou ao Mercosul? A política externa do governo Hugo Chávez (1999-2006)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

BALAAM, David N.; DILLMAN, Bradford. *Introduction to International Political Economy*. Boston: Pearson, 2014.

BAUMANN, Renato. *Some Recent Features of Brazil-China Economic Relations*. Santiago: ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 2009.

BOLINAGA, Luciano; SLIPAK, Ariel. The Beijing Consensus and the Reprimarization of the Productive Structure in Latin America: The Case of Argentina. *Revista Problemas del Desarrollo*, v. 46, n. 183, pp. 33-58, 2015.

BONENTE, Bianca I.; CORRÊA, Hugo F. Desenvolvimento sem "ismos": uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos *Grundrisse* de Marx. *Revista Outubro*, n. 23, pp. 109-127, 2015.

CEPÊDA, Vera A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, pp. 77-90, 2012.

CERVO, Amado. Paradigmas da política exterior: liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico. In: CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHIACHIO, Elis P. *A Onda Rosa na América Latina: caso brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

CHIASSON-LEBEL, Thomas; LARRABURE, Manuel. Latin America's changing balance of class forces: An Introduction. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, v. 108, pp. 87-107, 2019.

DOMÍNGUEZ, Rafael; CARIA, Sara. Extractivismos andinos y limitantes del cambio estructural. In: BURCHARDT, Hans-Jürgen; DOMÍNGUEZ, Rafael; LARREA, Carlos; PETERS, Stefan (eds.). *Nada dura para siempre: Neoextractivismo tras el boom de las materias primas*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2016.

EMERSON, R Guy. La 'marea rosa en América Latina: Orígenes y posibles trayectorias. In: GACHÚZ M., Juan Carlos; BARONA C., Claudia; SÁNCHEZ L., Gerardo (coords.). *Escenarios Regionales Contemporáneos*. Puebla: Universidad de las Américas Puebla, 2018.

FLORES-MACÍAS, Gustavo A.; KREPS, Sarah E. The foreign policy consequences of trade: China's commercial relations with Africa and Latin America, 1992–2006. *The Journal of Politics*, v. 75, n. 2, pp. 357-371, 2013.

GARCIA, Ana; RODRÍGUEZ, María Elena; BRITO, Cleiton M.; GRINSZTEJN, Cândido. *Chinese Investments in Brazil: Investment Data, Public Policies for Investment Facilitation and the Case of the Manaus Industrial Pole*. BRICS Policy Center Policy Brief, v. 13, n. 6, jun. 2023. Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2023/07/BRICS_ChinaBrasil-7.pdf. Acessado em 09 de agosto de 2025.

GAUDICHAUD, Franck; WEBBER, Jeffery; MODONESI, Massimo. *Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI:* ensayos de interpretación histórica. Ciudad de México: UNAM, 2019.

GERRING, John. *Case Study Research: Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. *Diez tesis urgentes sobre el neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. Quito: CAAP/FLACSO, 2009.

GUTIÉRREZ, Alexander E. *China-Venezuela: When Economic Statecraft Creates Economic Power*. Paper (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Chicago, Chicago, 2023.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HIRAOKA, Martín M. *Las particularidades de una Marea Rosa diversa: Una re-categorización de los gobiernos progresistas de la Marea Rosa Latinoamericana*. Dissertação (Mestrado), Universidade Autônoma de Madri, Madri, 2021.

JENKINS, Rhys. Latin America and China — a New Dependency? *Third World Quarterly*, v. 33, n. 7, pp. 1337-1358, 2012.

LEIVA, Fernando I. *Latin American Neostructuralism: the contradictions of post-neoliberal development*. Minneapolis: University of Minnesota, 2008.

MELLO, Fátima; TONI, Ana. Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil pós-Rio+20. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), nov. 2013. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10454.pdf. Acessado em 09 de agosto de 2025.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P. *Neodesenvolvimentismo às avessas? Uma análise do atual modelo de desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Texto para Discussão, 2014. Disponível em: https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Santos-2014-Neodesenvolvimentismo-%C3%A0s-avessas.pdf. Acessado em 09 de agosto de 2025.

MOURA, Rafael; PAULA, Luiz Fernando de. Ciclos Políticos e Econômicos na América do Sul: ascensão e queda da Onda Rosa vista por um prisma estruturalista. *Boletim GEEP*, v. 3, n. 1, pp. 9-19, 2022. Disponível em: http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-GEEP-7-Final.pdf. Acessado em 09 de agosto de 2025.

MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. Feeling the Stones: Chinese Development Finance to Latin America and the Caribbean, 2023. Washington, D.C., The Dialogue, Global Development Policy Center, China-LAC Report, jun. 2024. Disponível em: www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2024/06/Chinese-Development-Finance-in-Latin-America-and-the-Caribbean-2023-Update-Final.pdf. Acessado em 09 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, Augusto Neftali C. de. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. *Opinião Pública*, v. 26, n. 1, pp. 158-192, 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *A Crise Asiática e a China*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: www.pucsp.br/geap/coordenador/acriseasi.PDF. Acessado em 09 de agosto de 2025.

REDALC-CHINA. *Brasil*. [s.d.]. Disponível em: https://redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/brasil/. Acessado em 09 de agosto de 2025.

REDALC-CHINA. *Venezuela*. [s.d.]. Disponível em: https://redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/venezuela/. Acessado em 09 de agosto de 2025.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, pp. 672-688, 2012.

SEABRA, Raphael. *A via venezuelana ao socialismo*. Curitiba: CRV, 2014.

SILVA, Fabricio. Até onde vai a "onda rosa"? *Análise de Conjuntura, Observatório Político Sul-Americano (OPSA)*, n. 2, 2010.

SVAMPA, Maristella. "Consenso de los Commodities" y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, pp. 30-46, 2013.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. San José: Universidad de Costa Rica, 2019.

TREACY, Mariano. Dependency Theory and the Critique of Neodevelopmentalism in Latin America. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, pp. 218-236, 2022.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Venezuela-Related Sanctions*. [s.d.]. Disponível em: www.state.gov/venezuela-related-sanctions/. Acessado em 09 de agosto de 2025.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN-HANG TO, Emma Miriam. South-South Cooperation or Dependency with "Chinese Characteristics" in Venezuela? In: ELLNER, Steve (ed.). *Latin American Extractivism: Dependency, Resource Nationalism, and Resistance in Broad Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2021.